



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

GEANE SOARES DA COSTA

FATORES QUE INTERFEREM NO PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO
AMBIENTE ESCOLAR

Brasília – DF
2014

GEANE SOARES DA COSTA

FATORES QUE INTERFEREM NO PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO
AMBIENTE ESCOLAR

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

Professor Orientador: Professor Doutor Leandro Galastri

Brasília – DF

2014

Soares da Costa, Geane.

Fatores que interferem no processo de construção da identidade étnico-racial no ambiente escolar/ Geane Soares da Costa – Brasília, 2014.

47 f.: il.

Monografia (Especialização) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação – EaD, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Galastri. Faculdade de Educação.

1. Construção da Identidade. 2. Discriminação Racial.
3. Consequências Pedagógicas. I. Título.

CDU. 349.2:331.1

GEANE SOARES DA COSTA

FATORES QUE INTERFEREM NO PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO
AMBIENTE ESCOLAR

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas
em Gênero e Raça do (a) aluno (a)

Geane Soares da Costa.

Professor Doutor Leandro Galastri

Professor-Orientador

Professora Dr^a Shirleide Pereira da Silva Cruz

Professora-Examinadora

Brasília, 01 de junho de 2014.

Agradeço a Deus, meu refúgio e fortaleza, à minha filha Gabriela Soares Lopes da Silva, pelo incentivo e carinho e a amiga Carminha, pelo insubstituível auxílio na depuração dos dados.

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra (...). Além disso, esta memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos cotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação das riquezas econômica e social e da identidade nacional.

Kabengele Munanga.

RESUMO

O presente trabalho acadêmico inicia com o estudo e análise dos fatores que interferem no processo de construção da identidade étnico-racial no ambiente escolar, com vistas a descobrir se esta contribui para que haja discriminação neste ambiente e quais as suas consequências no âmbito pessoal e no acadêmico, para, após, repensar práticas pedagógicas que possam valorizar a cultura étnico-racial e minimizar as questões de preconceito, discriminação e racismo neste espaço. Partindo do pressuposto de que a escola é um espaço de superação, de construção de saberes, de convivência e socialização, capaz de aprofundar conhecimentos, a mesma contribui para a formação da identidade do estudante e é um espaço onde não se deve predominar o preconceito, a discriminação e o racismo, tais questões devem ser desconstituídas. Para tanto, deve-se cumprir a temática da história e cultura afro-brasileira e africana na escola (Lei 10.639/2003), de forma transversal e contínua, dentro do currículo, no planejamento específico, pautado no Projeto Político Pedagógico da Escola e não somente em momentos que discriminações, preconceitos e racismos ocorrem, ou em datas específicas, dificultando o processo de aprendizagem para uma educação anti-racista. Ademais, faz-se necessário compreender que as relações nos diversos ambientes, promovem historicamente e culturalmente, a discriminação, o preconceito e o racismo entre os sujeitos e que se deve efetivar a política federal que defende um trabalho pedagógico efetivo para minimizar e erradicar esses sentimentos presentes no sujeito de não conceber nas suas diferenças, que são iguais perante a lei. Quanto ao fazer pedagógico, a escola caminha de forma vagarosa para efetivar a política para uma educação étnico-racial, porém existem os profissionais que iniciaram essa caminhada.

Palavras-chave: Raça. Identidade. Construção. Discriminação. Aprendizagem.

ABSTRACT

This academic paper begins with the study and analysis of the factors that interfere with the construction process of racial ethnic identity in the school environment, with a view to discovering if this helps bring discrimination in this environment and what their consequences in the personal and academic for, after rethinking pedagogical practices that can enhance racial ethnic culture and minimize the issues of prejudice, discrimination and racism in this space. Assuming that school is a place of overcoming, construction of knowledge, sociability and socialization, able to deepen their knowledge, it contributes to the formation of the identity of the student and is a space where it should not overpower the prejudice, discrimination and racism, such issues should be deconstituted. To do so, you must meet the theme of history and african-brazilian and african culture in school (Law 10.639/2003), transverse and continuously within the curriculum, specific plan, based on Pedagogical Political School Project and not only in moments that discrimination, prejudice and racism occur, or on specific dates, making the learning process for a anti racist education. Moreover, it is necessary to understand the relationships in different environments, promote historic and culturally, discrimination, prejudice and racism among subjects and that it must carry out federal policy that advocates an effective pedagogical work to minimize and eradicate these feelings present in the subject of not conceive on their differences, which are equal before the law. As for the pedagogical practice, school walks leisurely way to enforce the policy for ethnic racial education, but there are professionals who started this journey.

Words key: Race. Identity. Construction. Discrimination. Learning.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
2. Referencial Teórico.....	11
2.1. Barreiras que interferem no processo de construção da identidade dos sujeitos afrodescendentes.....	11
2.2. Família.....	14
2.3. A escola.....	14
3. Discriminação racial/preconceito/racismo.....	16
3.1. Conceitos.....	16
3.2. Discriminação, preconceito e racismo no espaço escolar.....	19
4. Resultados e discussão.....	21
4.1. Análise de Levantamento de Dados.....	21
5. Consequências da discriminação, preconceito e racismo no ambiente escolar....	26
5.1. Autoestima.....	26
5.2. Pedagógicas.....	28
6. Práticas pedagógicas que possam contribuir para a construção e valorização da cultura étnico-racial.....	28
6.1. Prática pedagógica para as relações étnico-raciais.....	29
6.2. Soluções/Estratégias.....	30
7. Considerações Finais.....	34
Referências Bibliográficas.....	38
Apêndices.....	43

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico consiste no estudo e análise dos fatores que interferem no processo de construção de identidade étnico-racial no ambiente escolar, com vistas a descobrir se esta contribui para que haja discriminação neste ambiente e quais as suas consequências no âmbito pessoal (autoestima) e no acadêmico (aprendizagem), para posteriormente repensar práticas pedagógicas que possam valorizar a cultura étnico-racial e minimizar as questões de preconceito e discriminação, neste espaço.

Desta forma, partindo do princípio de que o sujeito está em constante formação da sua identidade e que a mesma é construída a partir das relações na interação com o outro, e esta relação se dá através de vários segmentos sociais, tais como a família, a escola, a sociedade, o presente trabalho consistirá na busca de um entendimento acerca dos caminhos que levam a construção desta identidade.

Será analisado ainda, se a construção desta identidade vem engendrada de preconceitos, discriminações e racismo ou as mesmas são adquiridas e refletidas no ambiente escolar, através do racismo à brasileira, gerando a violência simbólica.

Para tanto, o primeiro capítulo versará sobre as barreiras que interferem no processo de construção da identidade dos sujeitos afrodescendentes, visando compreender como a mesma está sendo construída e formada.

O segundo capítulo versará sobre a discriminação racial no espaço de formação dos sujeitos – a escola, levando em consideração a legislação sobre o tema.

O terceiro capítulo procurará discorrer sobre as consequências da discriminação, preconceito e racismo no ambiente escolar, no âmbito pessoal e no pedagógico.

O quarto capítulo analisará as práticas pedagógicas que possam contribuir para a construção e valorização da cultura étnico-racial no ambiente escolar, através do fazer pedagógico.

A metodologia utilizada será a pesquisa qualitativa com efetiva participação da clientela envolvida, levando em consideração os contextos: social, político e econômico, de forma indutiva, chegando, paulatinamente, à análise dos elementos considerados essenciais para a formação da problemática em estudo.

Desta forma, será feita coleta de dados, através de questionário a ser aplicado para todos os segmentos (família, docentes e estudantes) de uma Escola Pública de Anos Iniciais em Ceilândia no Distrito Federal, bem como observação do ambiente escolar (sala de aula e recreio), além de entrevistas e escuta com a clientela envolvida no Serviço de Orientação Educacional.

Buscará, com esse método, alcançar a clientela como um todo, a saber: no segmento pais e estudantes, apenas os pais e estudantes do 4º e 5º anos responderão o questionário proposto, totalizando 243 (duzentos e quarenta e três) questionários respondidos. A educação infantil e o primeiro ciclo (1º, 2º e 3º anos) serão analisados através de observações e escuta com professores e estudantes. Nos segmentos: docente e servidor 33 (trinta e três) questionários serão respondidos.

Espera-se que, com este formato metodológico escolhido, possam-se alcançar os objetivos propostos na pesquisa que é o estudo e análise dos fatores que interferem no processo de construção de identidade étnico-racial no ambiente escolar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Barreiras que interferem no processo de construção da identidade dos sujeitos afrodescendentes

A formação da identidade do sujeito perpassa por questões históricas, culturais e sociais, sendo algo bastante pesquisado por antropólogos, sociólogos, filósofos, psicólogos e estudiosos. Por outro lado, sofre influências culturais, étnicas, de diversos povos, e vem sendo conquistada mediante conflitos políticos, religiosos, culturais e raciais.

Neste sentido, um dos estudiosos que trouxe uma imensa colaboração sobre o tema foi Darcy Ribeiro (1995), grande pesquisador, que procurou analisar a formação do povo brasileiro, relatando sobre a composição do povo brasileiro e sua cultura, tendo como objetivo principal ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo.

Ao discorrer sobre o tema, Ribeiro (1995) pontuou que esse encontrar-se a si mesmo, não foi pacífico, se fez pelo entrechoque de seus contingentes índios, negros e brancos, ao contrário, foi marcado por diversos conflitos, dentre eles: interétnicos, virulentos, enfrentamentos predominantemente raciais, um estado de guerra latente, que, por vezes, e com frequência, se tornou cruento e sangrento.

No entanto, na reflexão sobre o que fomos e o que somos e, levando em consideração as mudanças pelas quais o Brasil tem passado e está passando, infelizmente, a realidade atual parece mudar lentamente, prevalecendo à exposição de Darcy Ribeiro ao declarar que:

O Brasil foi regido primeiro como uma feitoria escravista, exoticamente tropical, habitada por índios nativos e negros importados. Depois, como consulado, em que o povo sublusitanos, mestiçado de sangues afros e índios, vivia o destino de um proletariado externo dentro de uma possessão estrangeira. Os interesses e as aspirações do seu povo jamais foram levados em conta, porque só se tinha atenção e zelo no atendimento dos requisitos de prosperidade da feitoria exploradora. O que se estimulava era o aliciamento de mais índios trazidos dos matos ou a importação de mais negros trazidos da África, para aumentar a força de trabalho, que era a fonte de produção dos lucros da metrópole. Nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. Nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar. (RIBEIRO, 1995: 447).

Ora, já se passaram quase 20 anos da fala de Darcy e deparamos ainda com um Brasil, onde a raça negra sofre limitações em diversas áreas, tais como educação, saúde, habitação e emprego e, ainda, tem vivenciado barreiras sociais, raciais e éticas na convivência entre o povo brasileiro que acarreta consequências indesejadas tais como: o preconceito, o racismo e a discriminação racial que nos leva a refletir sobre como está sendo construída e formada a identidade dos sujeitos.

Outrossim, existem várias teorias sobre a formação da identidade do sujeito, que na sua maioria, expõe a identidade como algo que não se constrói sozinha, isolada, necessita da interação do sujeito com o meio ao qual ele vive, o que é confirmado por Jacques d'ADESKY (2001: 76) quando destaca que a ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu "eu", é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. A identidade para ele é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros e, a identidade pessoal ou social é formada com diálogos, adquirida nas relações dialógicas com os outros (GOMES, 2002: 3).

Compreendendo a visão marxista de construção do sujeito no mundo, o sujeito inter-relaciona com a realidade exterior e volta para o seu interior numa dimensão dialógica para se autoconstruir. Isso significa que o meio é fundamental para esse processo. Na medida em que ao se remeter para a realidade externa o sujeito sofre processos de discriminação, ao retomar para o seu interior na posição dialógica, entre sujeito/interior, a construção da identidade pode ficar comprometida.

A construção da identidade é influenciada pelo meio social na sua formação, é um elo estreito que liga a relação consigo próprio e a relação com os outros. Na visão sociológica o sujeito interage com a sociedade, numa relação mediada pela cultura do mundo vivido, o que é confirmado por Sodré quando destaca que:

Dizer identidade é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a história do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico-social afetado pela integração num contexto global de carências naturais, psicossociais e de relações com outros indivíduos, vivos e mortos. A identidade de alguém, de um "si mesmo" é sempre dada pelo reconhecimento do "outro", ou seja, a representação que o classifica socialmente (SODRÉ, 2000: 34).

Segundo Lipiansky (1998), a identidade resulta de "um processo complexo que liga estreitamente a relação consigo próprio e a relação com os outros

se tratando mesmo do primeiro dado da nossa relação com a existência e o mundo” (LIPIANSKY, 1998a: 21).

Neste ínterim, conclui-se que é com o outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que a criança construirá sua identidade. A partir de então, é capaz de rerepresentar o mundo e atribuir significado ao mesmo e a si próprio.

A identidade racial não é diferente, também é um processo complexo, pois entender a questão racial significa enfrentar o tema da identidade (Schwarcz, 1999), visto que a mesma está sendo constituída culturalmente, pois, em termos identitários, há múltiplas identidades em nós, dialogando, conflitando e aflorando de acordo com circunstâncias específicas que as convoquem no cenário social, podendo pensá-las ainda, como uma produção que nunca se completa, que está continuamente em processo (HALL, 1996).

O que é confirmado por Nilma Lino, quando discorre que:

Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente este processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece (GOMES, 2005: 43).

E mais, a identidade negra é uma construção social, cultural e plural, um olhar construído por um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro que deve ser considerada não somente na sua concepção simbólica ou subjetiva, mas também no seu sentido político (GOMES, 2003: 172).

Neste contexto, existem vários espaços que interferem no processo de aceitação, rejeição e ressignificação do ser negro, dentre eles, podemos citar: a escola, a família, amigos, os espaços de convivência social e a política.

Ademais, as relações e as representações que os jovens têm de si mesmo, sua família, os vínculos entre pares e as referências institucionais (escola, comunidade, dentre outras) trazem informações significativas sobre esses universos relacionais e, por consequência, evidenciam sua importância nas relações de pertencimento e identidade (AMPARO, 2012: 2).

2.2. A família

Segundo a Psicologia, é na família que a personalidade de cada novo ser humano é desenvolvida. Ela é a matriz da identidade pessoal e social, pois nela se desenvolve o sentimento de pertinência que vem com o nome, e fundamenta a identificação social, o sentimento de independência e autonomia, que permite a consciência de si mesmo como alguém diferente e separado do outro (MACEDO, 1993: 63).

Ainda, ressalta que o pertencer é constituído pela participação da criança nos diversos grupos familiares ao acomodarem-se às regras e aos padrões internacionais, compartilhando da cultura particular da família que se mantém através do tempo, tais como: crenças, hábitos e outros (MACEDO, 1993: 63).

Numa visão psicanalítica/freudiana de construção de identidade do sujeito (Freud, 1984), o sujeito não nasce humano, se humaniza através de estruturas e com a relação direta e primeira no ambiente familiar, haja vista o papel atribuído à mãe na construção de identidade do sujeito, desde a primeira infância até a adolescência. Afirma, que dores, traumas, abandonos sofridos nestes períodos citados traz consequências e marcas que caminham com o sujeito para o resto da vida. Cabe à família, portanto, direcionar, interferir e contribuir com a construção de sujeitos o mais ajustados possível, para conviver em sociedade.

Por todo o exposto, percebe-se que há barreiras a serem vencidas no seio familiar, na escola e na sociedade que precisam ser desconstituídas, por influenciar na formação da identidade de nossas crianças, levando-as a se sentirem inseguras quanto a si mesmas e vulneráveis quanto a reagirem em ambientes discriminatórios, preconceituosos e racistas.

2.3. A escola

A educação escolar, não deixa dúvida da sua função social, sendo um fator decisivo da humanização do homem. A humanidade, constituída culturalmente, elaborou, ao longo do tempo, instrumentos, artefatos, costumes, normas, códigos de comunicação e convivência como mecanismos imprescindíveis para a sua sobrevivência. Esses mecanismos não se fixam biologicamente nem se transmitem através da herança genética. Os grupos humanos põem em andamento processos

externos de transmissão para garantir a sobrevivência das novas gerações e de suas conquistas sociais.

A escola é o local privilegiado de formação do ser humano, na sua integralidade, que por sua vez, interfere na construção da identidade do indivíduo e da identidade negra, porque realiza um trabalho sistemático e planejado com o conhecimento, estimulação na formação de valores, hábitos e atitudes, através de uma educação para a diversidade, bem como, comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Um ambiente, onde não é aceito qualquer tipo de discriminação, preconceito de raça, etnia, cor ou gênero.

De acordo com Delors (2001) é espaço de construção de saberes, de convivência e socialização. Uma via que conduz a um desenvolvimento mais harmonioso, capaz de combater formas de pobreza, exclusão social, intolerâncias e opressões (ABRAMOVAY, 2008: 1).

A escola para Paulo Freire (1993) deve ter uma educação libertária, na qual as práticas autoritárias sejam rejeitadas e que o docente seja um líder capaz de estimular a autonomia do estudante e sua responsabilidade. A educação vista como ato político, vê a escola inserida nas relações políticas sociais, onde reflete e vai refletir a sociedade e o professor é peça fundamental e tem competência para ensinar, estimulando para que a aprendizagem aconteça. Cabe a ele estar em busca de aperfeiçoamento e atualização em relação às novas descobertas da ciência, das novas tecnologias e dos avanços da humanidade para garantir que a escola seja propositiva diante dos novos desafios que a sociedade enfrenta (FREIRE, 1993).

Por outro lado, embora na escola estejam presentes a violência simbólica, o racismo, o preconceito e a discriminação, ela é também um espaço de superação, o que é ratificado por Neuma Lino Gomes (2003), ao declarar que:

A escola enquanto Instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, é um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas, sendo um importante local, onde estas podem ser superadas. (GOMES, 2003: 77).

No que se refere às políticas nacionais, definiu-se a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos Currículos da Educação Básica, conforme a lei 10.639/2003 no sentido de que a educação para as relações étnico-raciais, da história e cultura afro-brasileira e africana deve ser inserida, no

espaço escolar, das várias experiências e linguagens de resistência da população negra. A temática deve ser tratada de modo a reduzir os estereótipos e a reprodução dos modelos que inferiorizam os estudantes que são identificados como negros e negros (MEDEIROS; EGHRARI, 2008: 15).

A efetividade da lei no ambiente escolar significa avanços no que se refere à possibilidade de permissão de construção de uma sociedade mais justa, apesar de estarmos atrasados quinhentos anos na história. A lei considera que é no espaço escolar, no fazer pedagógico e na efetivação do currículo que há possibilidade de repensar as práticas pedagógicas, com o objetivo de trabalhar a temática das relações étnico-raciais.

Portanto, sua implementação passa, fundamentalmente, pela capacitação continuada de professores e profissionais da educação, com o objetivo de desconstrução do preconceito, discriminação racial, racismo e seus derivados nos espaços escolares.

Outrossim, um dos instrumentos também de suma importância no âmbito escolar é o Projeto Político Pedagógico da Escola, onde são elaboradas diretrizes pedagógicas, que servirá como ponto de apoio durante todo o ano letivo, elaborada com a participação de toda a comunidade escolar. Um momento de reflexão e debate onde são consideradas as necessidades reais da escola. Não é um documento fechado, acabado. Porém, a qualquer momento, pode ter inserção temática, sendo um grande aliado para trazer às discussões com a comunidade escolar as questões étnico-raciais, bem como a diversidade cultural.

3. DISCRIMINAÇÃO RACIAL/PRECONCEITO/RACISMO

3.1. Conceitos

Racismo, preconceito e discriminação são temas de veiculação crescente em nossa imprensa, que merecem debates constantes no âmbito escolar, como incentivo de discussão dentro e fora deste ambiente. Faz-se necessário, conceituar o que seja a discriminação racial, o preconceito racial e o racismo para entendimento histórico deste processo (MUNANGA, 2005: 61).

“Racismo é uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos” (Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998: 12). Assim sendo, os grupos humanos se definem de forma hierárquica, se colocando em uma perspectiva em que existe superioridade e inferioridade entre as pessoas. Para fazer tal hierarquia elegem alguns critérios como raça/etnia, questão financeira, social, religiosa e outras.

O preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos (MUNANGA, 2005: 62).

Discriminação racial, segundo conceito estabelecido pelas Nações Unidas (Convenção da ONU/1966, sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial) significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública (MUNANGA, 2005: 63).

A questão da discriminação, preconceito e racismo ligados à raça, gênero e etnia, embora bastante discutida nos diversos meios: acadêmico, social e político, atrelados a diversas políticas públicas direcionadas, ainda carece de muito entendimento, ações educativas, sociais e políticas, para que se efetive e sane tal questão.

Tanto assim que, frequentemente, se tem visto, ouvido e noticiado atitudes de rejeição, estigmas e posturas preconceituosas contra pessoas negras, transmitidas culturalmente e que criam barreiras sociais e físicas, dificultando o processo de inclusão social, que precisam ser desconstituídos.

A história do negro passa por sofrimentos e negação, que vai desde a escravidão, passando pela falsa liberdade, o branqueamento da população, o mito da democracia racial, até chegar ao racismo velado e aos preconceitos e discriminações até hoje evidenciados.

Baseado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2005: 7) reportando ao Brasil, Colônia, Império e República, verificarão

que, nestes períodos, foi desempenhada uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente, limitando o acesso de escravos e pessoas negras à Educação, restringindo inclusive o horário de estudo, conforme Decreto nº 7.031-A de 6/09/78. Mais adiante, a Constituição de 1891 relegou a proposta de universalização da educação básica, que incluiria mestiço-negros, priorizando a educação universitária dos filhos da elite nacional.

Cabe salientar que o Estado e a sociedade deve reparação para ressarcir os descendentes africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas no pós-abolição.

Abdias do Nascimento (2005), citado no Caderno de Pesquisa (2005: 53) aponta para a necessidade da:
[...] inclusão do povo afro-brasileiro, um povo que luta duramente há cinco séculos no país, desde os seus primórdios, em favor dos direitos humanos. É o povo cujos direitos humanos foram mais brutalmente agredidos ao longo da história do país: o povo que durante séculos não mereceu nem o reconhecimento de sua própria condição humana.

Ora, tivemos muitos avanços neste percurso, com um olhar voltado às pessoas negras e afrodescendentes, na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, com instituição de leis específicas que visam punir atitudes de preconceito, discriminação e injúria racial.

No entanto, fica o questionamento de tais avanços não terem atingido seu objetivo, pois apesar de todas essas leis, verifica que é latente em nosso meio social o preconceito, a discriminação racial e o racismo, levando a negação da raça, do pertencimento racial, da sua origem cultural, bem assim, o que está por traz dos preconceitos raciais, que barreiras devem ser quebradas para fortalecimento de identidades e de direitos, eis a questão.

E, vale lembrar que no Art. 5º, parágrafo XLII da Constituição Brasileira consta que “a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. No entanto, muitas vezes, as pessoas praticam esses crimes e ficam impunes, tendo em vista, os mesmos serem considerados somente como atitude preconceituosa.

3.2. Discriminação, preconceito e racismo no espaço escolar

O espaço escolar é de aprendizagem e de socialização, tanto assim o é que, para Wallon (1973) a criança é um ser ligado a fatores sociais e estes influenciam em sua vida. Tanto, que os professores procuram planejar suas atividades buscando trazer o conhecimento que a criança tem no meio em que vive, englobando aí, a cultura e a família, com vistas a uma aprendizagem sócio interacionista, ou seja, a aprendizagem através do conhecimento do seu “mundo exterior”.

Ainda, Wallon considera que o sujeito é formado a partir de vários fatores, quais sejam: cognitivo e afetivos com relações sócioafetivas, emotivas, sentimentais e afetivas. Isto se dá em diversos ambientes. No ambiente escolar é através da convivência dos sujeitos com o outro que são afirmadas ou não sua afetividade.

O professor então deve estar atento às diversas formas de expressão dos sentimentos das crianças e ao mesmo tempo pensar em metodologias que pautem pela construção do conhecimento e, que respeite esse espaço interior da criança.

Para Vygostky (1978), o processo de construção do conhecimento do sujeito se dá a partir da interação sujeito e meio, sendo que o sujeito que a criança busca sempre é mais experiente, pois ele agrega a este, acreditando na possibilidade de sempre aprender, é a zona de desenvolvimento proximal. Esse conhecimento é baseado nas relações sociais:

É pela mediação dos outros, pela mediação do adulto que a criança se incumbem de atividades. Absolutamente tudo no comportamento da criança está incorporado e enraizado em relações sociais. Desse modo, as relações da criança com a realidade são, desde o início, relações sociais.” (VIGOTSKY apud HARRY, 2003: 29).

Quando a criança chega ao ambiente escolar à tendência é agregar-se, organizar-se em grupos, busca seus pares conforme suas afinidades. Quando estas não são aceitas por diversas especificidades, dentre elas raciais, o processo de construção de conhecimento pode ficar comprometido.

Neste espaço de socialização e aprendizagem que é a escola, infelizmente, a questão do preconceito, da discriminação racial e do racismo ocorre com posturas preconceituosas e discriminatórias nas relações do meio entre discente/discente, discente/docente, família/docente, não estando isenta das marcas do racismo.

O texto *Gênero e Diversidade na Escola: Formação e professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e relações étnico-raciais* (2009: p. 241) discorre que, muitas vezes, neste espaço na tentativa da neutralidade, a fim de não discriminar, a escola realizou o contrário: naturalizou desigualdades, fortaleceu a imagem de inferioridade de negros/as e indígenas e a de superioridade do branco, conseqüentemente, ao olhar para o ser humano em geral, desumanizou, invisibilizou a maior parte de seus estudantes, negando, desta forma, a diversidade étnico-racial.

E mais, evidencia um racismo à brasileira, de forma sutil e invisível, bem discorrido por Henriques (2004: 97) ao afirmar que:

... o racismo estrutural brasileiro, geralmente negado e ocultado, institui mecanismos e práticas discriminatórias no interior da escola. Para além das desigualdades de classe, apresentam-se, de forma explícita as desigualdades raciais.

Finalmente, na sua maioria, não sabem lidar com situações corriqueiras no espaço escolar, com atitudes de preconceito, ao não posicionar-se diante de atitudes discriminatórias e racistas que lhe são apresentadas: evitar falar sobre o assunto; falta de planejamento de aula sobre a temática e por falta de formação profissional.

É uma temática que deve ser discutida e apresentada a comunidade escolar, com vistas a repensar paradigmas, valores, crenças, as quais fomos educados, pois ninguém nasce racista, mas torna-se, devido a um processo de negação da identidade e de “coisificação” dos povos africanos, sendo de extrema importância a compreensão do processo de resistência do povo africano na manutenção de suas tradições culturais.

Em pesquisa realizada no espaço escolar da rede pública de ensino de anos iniciais em Ceilândia no Distrito Federal, sobre a temática, através de questionários e entrevistas, percebe-se que é possível fazer algumas análises. Segue o relato a partir da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Análise de Levantamento de Dados

A análise de levantamento de dados em pesquisa foi realizada em uma Escola Pública de Anos Iniciais em Ceilândia no Distrito Federal, no mês de maio de 2014. Teve como objetivo estudar e analisar os fatores que interferem no processo de construção de identidade étnico-racial no ambiente escolar, com vistas a descobrir se a construção da identidade contribui para que haja discriminação ou não neste ambiente e quais as suas consequências no âmbito pessoal (autoestima) e no acadêmico (aprendizagem).

Para posteriormente, repensar práticas pedagógicas que possam valorizar a cultura étnico-racial e minimizar as questões de preconceito e discriminação, neste espaço escolar, envolvendo a comunidade. A primeira análise abordada será o segmento docente.

Em relação à primeira questão levantada referente à qual raça/etnia o sujeito se define do total de entrevistados 37,5% definiram que são brancos, 12,5% definiram que são negros, 56,25% definiram que são miscigenados.

Apesar de serem perceptíveis a afrodescendência dos entrevistados, muitos auto se declararam como miscigenados.

No que se refere à questão que já sofreram ou não a discriminação étnico-racial, 37,5% afirmaram que já sofreram algum tipo de discriminação e 62,5% afirmaram que não.

No quesito, existe discriminação em relação à raça no seu ambiente de trabalho, 75% afirmaram que há discriminação entre estudante/estudante, 18,75% afirmaram que existe discriminação entre responsável/professor, 18,75% afirmam que existe discriminação entre estudante/professor, 31,25% declaram haver discriminação entre servidor/servidor e finalmente, 25% deixaram de responder. Na questão professor/estudante todos os entrevistados acham que não existe discriminação. Questão a analisar, pois na escuta no Serviço de Orientação Educacional há queixas, por parte de pais e estudantes.

Na questão referente às barreiras que interferem no processo de construção da identidade dos estudantes, os docentes responderam que 31,25% o

fator fundamental é a raça, 50% afirmaram que é a aparência física, 31,25% questão financeira, 12,5% questão de gênero e 12% deixou em branco.

Quanto à discriminação e preconceito racial interferirem na construção da aprendizagem do estudante, 18,75% disse que sim e 75% consideram que não e 6,25% afirmaram que às vezes há interferência.

Sobre as estratégias utilizadas para sanar a discriminação e preconceito racial em sala de aula, 18,75% afirmou fazer intervenções necessárias quando ocorrem, 12,5% afirmou que não percebe a discriminação e preconceito em sua sala de aula, 50% afirmou que faz as intervenções quando necessárias e planejam atividades diversificadas para trabalhar o tema, 12,5% afirmou fazer intervenções necessárias quando ocorre e encaminham a situação para os serviços de apoio da escola para providência e finalmente 6,25% afirmou que faz intervenções necessárias, planejam atividades necessárias e encaminha o problema para o serviço da escola.

Na questão referente ao que o professor tem feito na prática pedagógica para atender a política de construção e valorização da cultura étnico-racial, prevista na lei 10.639/2003, 68,75% dos professores citados afirmaram que trabalham a temática de forma transversal através de histórias, leituras, projetos de sensibilização e conscientização, músicas, filmes, conversas informais nas rotinas, busca atender as faixas etárias no planejamento e 2,5% afirmam que trabalham em um ou outro momento ou apenas na semana de consciência negra em novembro e por fim, 6,25% afirmam que cumpre a lei da melhor forma possível, mas que esta temática deve ser abordada de forma natural, não coercitivamente.

Por conseguinte, percebe-se que quando a maioria afirma que a discriminação e preconceito racial não interferem na construção da aprendizagem do estudante, e 68,75% dos professores afirma cumprir a lei, duas questões ficam meio que mascaradas, ou essa escola é perfeita em relação à percepção do outro com sua diversidade, ou, na prática a política prevista na lei 10.639/2003, não é trabalhada, mesmo que afirmem o contrário.

Uma maioria significativa afirmou fazer somente intervenções necessárias quando ocorrem situações de discriminação e preconceito, significa que a temática não vem sendo trabalhada de forma contínua e transversal e, ainda, alguns declararam só trabalharem na semana da consciência negra, o que é preocupante.

No segmento dos responsáveis na questão referente ao declarar sua raça/etnia 43,26% afirmaram ser da raça branca, 24,03% negros, 39,76% miscigenados e, 1,92% não responderam.

Em relação à questão, se sofre ou não discriminação racial, 90,38% afirmou que não, 7,69% afirmaram que sim e 1,92% não respondeu.

Quanto o questionamento sobre existir discriminação em relação à raça/etnia no ambiente familiar 0,96% afirmou que existe entre pais e filhos, 0,96% afirmou existir entre filhos e pais, 8,65% entre irmãos e irmãs, 32,69% entre outros membros da família, 48,7% não responderam, 8,65% afirmou que não existe discriminação no ambiente familiar.

Em relação à questão acerca da discriminação no ambiente familiar, 5,76% afirmou que existe em relação à questão racial, 6,73% afirmou que existe em relação à aparência física, 11,54% afirmou que existe em relação à questão financeira, 55,71% afirmou não existir discriminação, 0,96% não respondeu e referente à questão gênero/sexo não existe discriminação.

No que concerne ao reforço da discriminação, 4,80% afirmou ser no ambiente familiar, 11,53% no ambiente escolar, 35,57% pelo meio social, 31,73% todos os meios discriminam e 6,73% não responderam.

Quanto à interferência da discriminação racial na educação dos filhos, 9,61% afirmou que sim, 88,46% afirmaram que não e 1,92% não responderam.

No quesito estratégias utilizadas para sanar a discriminação e o preconceito na família, 31,73% afirmou não perceber discriminação e preconceito no ambiente familiar, 11,53% não utiliza nenhuma estratégia, 45,19% conversa sobre o assunto quando ocorrem, 2,88% afirmam que a responsabilidade é da escola para trabalhar a temática, 2,88% não responderam, 1,92% não percebe e não utiliza estratégia, 3,84% não percebe e não conversa sobre a questão.

Analisando as questões, é possível perceber que uma minoria se reconhece como negro e quase metade se declarou branco.

Quase 100% dos entrevistados, incluindo os negros, declararam nunca ter sofrido discriminação.

A maioria acredita que a discriminação e o preconceito racial não interferem na educação dos filhos, porém 32,69% afirmam que existe discriminação entre outros membros da família e que somando os dados levantados referentes à raça, aparência física e financeira, dá um total de 24,2% isto significa que existe

discriminação, mesmo afirmando que não, e eles não se reconhecem enquanto negros ou miscigenados.

No segmento estudante, em relação à definição de raça e etnia, 25,89% definiram como branco. Aproximadamente 17,98% se declararam como negros e 56,11% como miscigenados. Quando perguntados se já sofreram ou não discriminação étnico-racial 22,30% afirmaram que sim. 75,53% disseram não, 2,15% não responderam.

No quesito que tipo de discriminação você já sofreu 13,66% afirmou que foi em relação à raça, 26,61% aparência física, 8,63% questão financeira, 11,51% gênero e 35,97% não responderam.

Referente à existência de discriminação no ambiente escolar 75,53% afirmou que existe e 23,74% afirmou que não, 0,71% não respondeu. Em relação à discriminação no ambiente familiar, 12,94% afirmou que existem, 87,05% não, 2,14% não respondeu. Em relação ao que se sentem quando são discriminados, 23,02% afirmou que ficam tristes 48,20% afirmou não se importar e 10,07% afirmou que ficam apenas chateados, 2,15% afirmou que fica triste, mas não se importa e 15,09% não responderam.

A equipe do Serviço de Orientação Educacional é atuante nesta escola, percebe-se então, que diante de várias queixas, há situações referentes à questão racial e outras e que é visível à presença significativa da raça negra. No entanto, no questionário, referente à questão raça e etnia, a maioria não se reconhece como negra, ficando assim evidenciada que a cor da pele influencia diretamente na construção da identidade do estudante negro, uma vez que ele não se identifica enquanto negro. Este aspecto cultural é relevante, onde o sujeito ao ser perguntado sobre qual é a sua raça, o entrevistado responde, a minha cor é branca ou parda e nunca negra, mesmo sendo afrodescendente, questão observada entre professores e servidores, que deve ser pontuada na relação de construção de aprendizagem do estudante, pois se o professor não tem sua identidade da negritude conservada, não é possível auxiliar o estudante na construção da identidade do mesmo.

Outra questão relevante é que os sujeitos, além da questão histórica e cultural de não se perceber enquanto negro, na pesquisa ficou claro que todos sofrem quando são discriminados, sendo assim é preferível fazer opção em dizer que é branco ou pardo. Ademais, a construção da identidade do sujeito fica comprometida, à medida que, emocionalmente, ele é impedido de se declarar-se

como tal, pois ser negro, numa sociedade preconceituosa é considerado ser pessoa feia.

Por outro lado, percebe-se também que em relação à discriminação no espaço escolar muitos não têm a consciência do significado de ações sofridas, não sabendo discerni-las, pois somando os tipos de discriminações sofridas (raça, aparência física, financeira e de gênero), tem-se 62.12%, isto significa que, mesmo quando muitos afirmam não sofrerem discriminação, tal percentual demonstra o contrário, sem contar ainda, com os que não souberam responder.

Questão preocupante é apresentada sobre a discriminação no ambiente escolar, a maioria afirmou que a discriminação existe atrelada a demonstração de sentimentos quando sofrem algum tipo de discriminação.

No segmento funcionários/servidores da carreira assistência e outros quanto à raça e etnia, 29,41% se definem como branco, 29,41% como negro e 41,17% como miscigenado. Se já sofreu algum tipo de discriminação 29,41% afirmaram que sim. 70,58% afirmaram que não. Em relação ao tipo de discriminação sofrida, 17,64% afirmou ter sido racial, 23,52% aparência física e 11,75% gênero e 41,17% se omitiram. Em relação à discriminação no ambiente escolar 70,58% afirmou que existe, 29,41% disse que não e em relação à discriminação no ambiente familiar 32,29% afirmou que sim e 64,70% afirmou que não. Com relação ao que se sente quando é discriminado 35,29% afirmou que fica triste, 29,41% disse que não se importa e 11,76% não quis responder.

Em relação à questão de discriminação, muitos ainda sofrem com a questão e que se somarmos a quantidade referente ao tipo, raça, aparência física, financeira e gênero temos um total de 52,76% que já sofreu algum tipo de discriminação, mesmo quando muitos afirmam que não.

Questão importante a observar é que, em relação à discriminação no ambiente escolar, afirmaram de forma expressiva que ela existe e que no ambiente familiar a discriminação é menor, e que existe número significativo que demonstram tristeza quando são discriminados.

As entrevistas e escutas realizadas, também evidenciaram: a existência de preconceito, discriminação e racismo no ambiente escolar, porém de forma velada; a existência de barreiras a serem vencidas no trabalho com a temática diversidade e relações étnico-raciais, no ambiente escolar, de âmbito pessoal (valores e crenças) que impedem o trabalho a ser desenvolvido na escola; a

necessidade de preparação e aperfeiçoamento profissional para vencer essas barreiras e por fim, a necessidade de projetos específicos relacionados à temática.

Em relação à prática pedagógica para uma educação antirracista, há duas professoras participando de cursos voltados as questões de Gênero e Diversidade na Escola, da Universidade de Brasília, com vistas a formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico Raciais e tem relacionado a teoria aprendida no curso à sua prática escolar, bem como tem desenvolvido oficinas temáticas, com seus estudantes, com interesse de posteriormente, desenvolver projetos sobre a temática em parceria com o Serviço de Orientação Educacional.

5. CONSEQUÊNCIAS DA DISCRIMINAÇÃO, PRECONCEITO E RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR

A discriminação e o preconceito causam sofrimentos físicos e psicológicos, afetando a autoestima e causando sofrimentos, tais como tristeza, depressão ou aflição, desinteresse pelos estudos e baixa autoestima, dentre outros. É comum nos ambientes escolares acontecerem índices significativos de evasão escolar, reprovação e em muitas situações, são crianças que em um momento ou outro podem ou não ter sofrido processo de discriminação, preconceito e/ou racismo que afetam diretamente a autoestima e a aprendizagem.

5.1. Autoestima

A autoestima significa como você se sente com relação a você mesmo, a confiança na nossa capacidade de pensar, na habilidade de dar conta dos desafios da vida. É um sentimento interior que leva a pessoa reconhecer que é bom e amado. Isto não tem nada a ver com ser o mais rápido, o mais inteligente ou a criança mais admirada para ter uma boa autoestima.

A autoestima tem a ver como o amor próprio. Quando uma pessoa tem um amor próprio elevado, ele é eficaz, produtivo, capaz, aceito. Ela é a precursora da confiança em si mesmo. Alguns fatores afetam a autoestima, pois a mesma se

baseia nas experiências “únicas” e nas relações interpessoais que a pessoa estabelece em casa, na escola, no trabalho, na vida social e na sociedade.

A baixa autoestima é detectada quando a pessoa sente-se ineficaz, inútil, incompetente e rejeitado é porque está com um amor próprio baixo e, conseqüentemente, traz falta de confiança em si mesmo, solidão, imagem errônea de si mesmo e dos outros e mau desempenho nas tarefas. É influenciada por fatores internos, quais sejam: ideias ou crenças, práticas e comportamentos e fatores externos: mensagens verbais, não verbais, repassadas por familiares, professores, grupo social, organizações e etc.

Dependendo das situações de discriminação, preconceitos e racismo, pode haver sofrimento, frustração e comprometimento no desenvolvimento e fortalecimento da baixa autoestima.

Uma professora do 2º ano do Ciclo do Ensino Fundamental, em entrevista, relatou com tristeza e decepção, que ocorreu uma situação em sala de aula, envolvendo uma estudante sua, que caracterizou como racismo, pois ela é negra. Segundo a professora, sua estudante Carla, nome fictício, foi matriculada em sua turma e negava-se a desenvolver as atividades de sala. A professora desenvolveu um projeto de incentivo em sala, que consistia em: se a criança terminar a atividade ganha um adesivo de carinho feliz. No entanto, mesmo com esse incentivo, não conseguiu que a estudante desenvolvesse a atividade, ao contrário, queria ganhar o adesivo sem cumpri-las, além de dizer que queria ir embora.

Posteriormente, a professora foi chamada à Direção, pois o tio da estudante queria conhecê-la. Ao direcionar a sala da direção, ouviu o tio falar de forma pejorativa: ah! Essa aí é a professora? Chegando à direção, foi questionada pelo tio da estudante sobre a sua formação, seus cursos e disse que a sobrinha não estava suportando ficar em sala de aula com a professora, solicitando que a Direção mudasse a estudante de turma. A diretora disse que não iria fazê-lo, pois, além de não ter vaga, a criança estava passando por fase de adaptação. O tio neste momento solicitou o nome e a matrícula da professora e disse que ia resolver a situação na Regional de Ensino. A professora, sem constrangimento, disponibilizou as informações ao tio e disse que o mesmo poderia ir onde quisesse. A partir desta data, a estudante não mais compareceu às aulas. A mãe esteve na escola, pediu desculpas pelo comportamento do irmão e transferiu a aluna. Numa situação de

desabafo e com muita tristeza, a professora acredita ter ocorrido uma situação de racismo, por parte da aluna e do tio, por ser da raça negra.

5.2. Pedagógicas

Esses sentimentos de tristeza, decepção que vem à tona quando vivencia situação de preconceito, discriminação racial e racismo, além de afetar a autoestima, no ambiente escolar, reflete no processo de aprendizagem, com desatenção, dificuldade de aprendizagem e outros.

Historicamente, em relação à educação já são preocupantes as estatísticas educacionais para o estudante negro, tendo em vistas a falta de oportunidades que lhe foram negadas, nos diversos campos, a saber: educacional, social e de saúde. No campo educacional, as estatísticas são confirmadas e alimentam um quadro desfavorável dos negros em relação aos brancos, resultantes em parte, das discriminações raciais e da veiculação de ideias racistas, neste ambiente.

A discriminação, o preconceito e o racismo, além de prejudicar a aprendizagem, causam desinteresse pelos estudos, repetência e até evasão escolar, se não for detectado em tempo, confirmando a importância do papel da escola em trabalhar as relações interpessoais, respeitando as diversidades e promover esse diálogo dentro do ambiente escolar.

6. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE POSSAM CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA ÉTNICO RACIAL

As práticas pedagógicas que norteará o trabalho do professor em sala de aula são os parâmetros curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e a lei 10.639/2003-MEC que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história da África e cultura afro-brasileiras e africanas nos Currículos da Educação Básica, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de forma efetiva, durante todo o ano letivo, pautando suas ações ainda, nos livros didáticos e

na elaboração do Projeto Político Pedagógico que reflita uma educação para a diversidade étnico-racial, a saber:

LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque (www.planalto.gov.br).

6.1. Prática pedagógica para as relações étnico-raciais

A prática pedagógica se dá através de dois sujeitos envolvidos:

o estudante, sujeito do processo educacional que vive e convive em situação de igualdade com pessoas de todas as etnias, vendo a história do seu povo resgatada e respeitada e o professor, é o sujeito do processo educacional ao mesmo tempo aprendiz da temática e mediador entre o/a aluno/a e o objeto de aprendizagem, no caso, os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, bem como a educação das relações étnicas raciais (BRASIL, MEC 2006: 66).

Não resta dúvida de que o professor é peça fundamental para que a aprendizagem aconteça nas diferentes dimensões: social, cognitiva, emocional e motora, além de mediar o conhecimento acumulado em uma determinada cultura (conhecimento do mundo e de si mesmo), onde deve propiciar estimular e provocar o desenvolvimento da criança.

6.2. Soluções/Estratégias

Inicialmente, a prática escolar deve estar pautada em uma educação anti-racista e para tanto, as Orientações para a Educação das Relações Étnico-raciais (BRASIL, MEC, 2006: 70-72) traz alguns pontos básicos que poderão fazer parte das reflexões/ações no cotidiano escolar, com vistas ao trato pedagógico da diversidade racial, são eles:

- A questão racial como conteúdo multidisciplinar durante ano letivo;
- Reconhecer e valorizar as contribuições do povo negro;
- Abordar as situações de diversidade étnico-racial e a vida cotidiana nas salas de aula;
- Combater as posturas etnocêntricas para a desconstrução de estereótipos e preconceitos atribuídos ao grupo negro;
- Incorporar como conteúdo do currículo escolar a história e cultura do povo negro;
- Recusar o uso de material pedagógico contendo imagens estereotipadas do negro, com postura pedagógica voltada à desconstrução de atitudes preconceituosa e discriminatória e, por fim,
- Construir coletivamente alternativas pedagógicas com suporte de recursos didáticos adequados.

Atrelado a estas orientações faz-se necessário começar a repensar esta prática partindo da formação dos professores, com cursos direcionados as temáticas: étnico-raciais, ética, solidariedade, cidadania e diversidade cultural e religiosa.

Mediante Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira e africana (2005: 8) o Governo Federal passou a redefinir o papel do Estado como propulsor das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade, bem como a necessidade de intervenção, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais, um importante passo para à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra.

Neste ínterim sancionou em março de 2003 a Lei 10.639/2003-MEC que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história da África e cultura afro-brasileiras e africanas nos Currículos da Educação Básica, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2005 de forma efetiva e criou a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), que elabora e articula junto a órgãos públicos e outras instituições, políticas de promoção da igualdade e de proteção dos

direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância.

Órgão este de maior importância na execução de planos, programas e projetos voltados à promoção da igualdade racial, que estão à disposição da educação para dar cumprimento a Lei 10.639/2003.

Desta forma, tal temática deve fazer parte do dia-a-dia escolar, com planejamentos direcionados, servindo, inclusive como documento norteador de tal prática na orientação e formulação de projetos educacionais empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e africanos.

Todavia, devem ser consideradas, ainda, as legislações penais acerca da temática, no que concerne à discriminação e preconceito, que subsidiarão o trabalho, pois as punições referentes aos crimes de Injúria Racial previsto no artigo 140, §3º, no Título I, capítulo V, da Parte Especial do Código Penal Brasileiro – “Dos Crimes Contra a Honra” e o crime de Racismo constante do artigo 20 da Lei nº 7.716/89 devem ser conhecidas e estudadas.

Ademais, outras legislações tidas como referência são importantíssimas no estudo, são elas: a Lei Caó e o Estatuto da Igualdade Racial. Também, existem diversos planos, projetos e programas trabalhando a temática étnico-racial, nas suas diversas ramificações. Um deles é o Programa “A Cor da Cultura” cujo objetivo é valorizar o patrimônio cultural afro-brasileiro e reconhecer a contribuição da população negra à sociedade brasileira dando visibilidade a sua história não associada à escravidão, que disponibiliza materiais didáticos que subsidiará o trabalho com a temática.

O programa “A Cor da Cultura” é um projeto surgido em 2004, cujo objetivo é valorizar o patrimônio cultural afro-brasileiro e reconhecer a contribuição da população negra à sociedade brasileira, dando visibilidade a sua história não associada à escravidão, onde, várias instituições públicas e privadas se reuniram com o objetivo de desenvolver um conjunto de produtos destinados à ação pedagógica, em escolas públicas, relativa à implementação da Lei 9394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) alterada pela lei 10.639/2003 (que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas nos Currículos da Educação Básica), tais como: a oferta de materiais didáticos e audiovisuais sobre a cultura afro-brasileira, bem como a capacitação de professores para o seu uso em sala de aula.

Tal projeto, ainda,

prevê uma série de ações culturais e educativas com foco na produção e veiculação de programas sobre o histórico de contribuição da população negra à sociedade brasileira. Esta produção, transformada em material didático, aplicado e distribuído às escolas públicas, deverá ampliar o conhecimento e a compreensão sobre a história dos afrodescendentes e história da África e, assim, contribuir para os objetivos previstos na Lei 10.639 – que trata especificamente sobre este assunto – venham a ser satisfeitos.” (Avaliação do Projeto A cor da Cultura) que servirá como subsídio no presente projeto.

Por fim, a abordagem dessa temática deve ser uma prática escolar e não ser trabalhada somente quando se deparam como questões de discriminação, preconceito e racismo, respeitando, inclusive, a transversalidade e a continuidade da mesma durante todo o ano letivo.

Para tanto, o educador deve se interessar e se preparar sobre a temática, para ser multiplicador e construir práticas pedagógicas de combate a toda forma de discriminação, preconceito e racismo, pois assim o fazendo, ele irá contribuir para a construção de uma escola democrática, onde não é aceito qualquer tipo de discriminação, preconceito e racismo. Nilma Lopes destaca ainda que:

Cabe ao educador e à educadora compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificaram a si mesmos e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como este fenômeno interfere na construção da autoestima e impede a construção de uma escola democrática (GOMES, 2003: 77).

E, finalmente, desconstituir qualquer aspecto negativo que se tenham sobre a temática racial, implicando para isto:

um posicionamento e a construção de práticas pedagógicas de combate à discriminação racial, um rompimento com a “naturalização” das diferenças étnico/raciais, pois esta sempre desliza para o racismo biológico e acaba por reforçar o mito da democracia racial. Uma alternativa para a construção de práticas pedagógicas que se posicionem contra a discriminação racial é a compreensão, a divulgação e o trabalho educativo que destaca a radicalidade da cultura negra. (GOMES, 2003: 77)

O ambiente escolar deve ser dinâmico, prático e proporcionar momentos de reflexão, leitura, sensibilização da temática com organização de debates, seminários, palestras, visitas culturais, vídeos, documentários, bem como outros instrumentos que levem o estudante a refletir a realidade racial.

As ações da escola devem abranger todos os seus estudantes negros e não negros, uma educação voltada para construção de suas identidades individuais e coletivas, garantindo o direito de aprender e de ampliar seus conhecimentos, sem serem obrigados a negar a si próprios ou ao grupo étnico-racial a que pertencem. É

na perspectiva de valorização da identidade que se focaliza o trabalho com a questão racial, como referência a participação de estudantes negros e não negros (MEC, 2006: 89)

Assim o instrumento que a escola tem a seu favor, elaborado e pensado coletivamente, com todos os segmentos (professores, estudante e comunidade escolar) que pode prevê ações e rever práticas, remodelar currículos, inclusive, trabalhando a temática de educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, enfrentando as diversas formas de racismo e a valorização da diversidade étnico-racial, é o Projeto Político Pedagógico da escola, que não é um documento estanque, fechado, acabado, estando a todo o momento em construção, a partir das necessidades apresentadas pela escola. Portanto, é um documento que deve refletir os anseios e possibilidades da comunidade escolar, de forma democrática, dialógica e participativa.

Segundo a Professora Ilma Passos (2000), citada em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola (2005: 119), apresenta alguns pressupostos que regem a organização do Projeto Político Pedagógico da escola, são eles: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; qualidade para todos; gestão democrática; liberdade e valorização do magistério”.

Finalmente, a partir deste Projeto Político Pedagógico, a escola deve buscar uma educação anti-racista que eduque para a igualdade étnico-racial, bem assim para o rompimento de estigmas, com linguagem explícitas ou não de inferioridade da raça negra e indígena, com vistas a superar o velho e inventar o novo (MEDEIROS; EGHRARI, 2008: 100).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação da identidade dos sujeitos, não é algo pronto, acabado, se faz mediante relações sociais, afetivas, culturais e plurais, de forma constante e se estabelece com o contato com os diversos espaços de convivência, a saber: família, escola e sociedade.

Neste sentido, a identidade do sujeito está em constante construção, pois perpassa pelo conhecimento de si, conhecimento dos outros, de aceitação de si e dos outros, de procura de aceitação e reconhecimento de si por parte dos outros, sendo contemplada pela identidade pessoal (de si consigo mesmo) e identidade social (na interação com o outro).

Essa interação com o meio familiar é construída desde a infância, quando a criança acomoda-se às regras e aos padrões interacionais da cultura particular familiar. Assim, se a família tem um histórico de dores, traumas, discriminações, estas trazem consequências e marcas que prejudicam a construção de sua identidade, deixando-as inseguras e vulneráveis, comprometendo sua formação, aceitação e pertencimento.

Na escola, os professores e estudantes trazem consigo diferentes históricos, origens, formações familiares e pertencimentos raciais. É na escola que esse processo se constitui, construindo identidades sociais, dadas as relações estabelecidas neste espaço. Essas relações precisam ser construídas para fortalecimento da identidade, pois o ser humano, cada um em especial, traz concepções, histórias, crenças, muitas vezes, preconceitos pela forma que foram ensinados ao longo da vida, que precisam ser desconstruídos.

Dentre eles, o preconceito, a discriminação e o racismo. Não é uma tarefa muito fácil, pois estamos falando de anos de convivência e estigmas aprendidos, de forma errada. Ao analisar o histórico do povo negro que passou por humilhações, constrangimentos, violência de todo tipo, para alcançar a “liberdade”, uma liberdade que carrega mazelas e preconceito em todas as áreas: social, educacional e de saúde, por ser negro e até por questões culturais, percebe-se que essas mazelas ainda persistem apesar de existir legislação e políticas públicas sobre a igualdade étnico-racial.

Essa “liberdade” mascarada pela aceitação e pelo mito da democracia racial, onde ainda predomina a violência simbólica, o racismo velado e explícito, o preconceito, a discriminação perdura até os dias atuais em todas as esferas: pessoal, social, política, educacional.

No campo educacional é visível a falta de conhecimento e habilidade para trabalhar a temática educação racial, tendo em vista a dificuldade de nossos docentes em separar os valores pessoais aprendidos e o profissionalismo, criando barreiras que interferem na construção da identidade de nossos estudantes, deixando prevalecer no ambiente escolar o preconceito, a discriminação e o racismo, por não trabalhar a temática da história e cultura afro-brasileira e africana na escola de forma transversal e contínua, dentro do currículo, no planejamento específico e sim aproveitar momentos em que discriminações, preconceitos e racismos ocorrem, ou em datas específicas, dificultando o processo de aprendizagem para uma educação anti-racista, cujas consequências são: baixa autoestima, desinteresse pelos estudos, dificuldades de aprendizagem, repetência e evasão escolar.

O educador deve estar atento à sua sala de aula, para identificar qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo, procurando desvelar o currículo oculto que, ao excluir as diversidades de gênero, étnico-racial e de orientação sexual, dentre outras, legitima as desigualdades e as violências decorrentes destas.

Baseado no texto *Gênero e Diversidade na Escola. Formação de Professores/as em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais* (2009: 33) é necessário que educadores e educadoras observem o espaço escolar, quem o compõe, as relações que se estabelecem neste espaço, quem tem voz e quem não tem os materiais didáticos adotados nas diferentes áreas do conhecimento, as imagens impressas nas paredes das salas, enfim, como a diversidade está representada, como e o quanto é valorizada, contextualizando o currículo, cultivando uma cultura de abertura ao novo, para ser capaz de absorver e reconhecer a importância da afirmação da identidade, levando em consideração os valores sociais.

Ademais, é indispensável que os currículos e livros escolares estejam isentos de qualquer conteúdo racista ou de intolerância, e ainda, reflitam, em sua plenitude, as contribuições dos diversos grupos étnicos para a formação da nação e da cultura brasileiras, pois, caso contrário, ao ignorar essas contribuições ou ao não

reconhecê-las, estaria praticando uma forma de discriminação racial (MUNANGA, 2005: 10).

Ora, tivemos muitos avanços neste percurso, com um olhar voltado às pessoas negras e afrodescendentes, na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, com instituição de leis específicas que visam punir atitudes de preconceito, discriminação e injúria racial.

Estas questões ligadas ao processo de aceitação, rejeição e ressignificação do ser negro, foram analisadas e respondidas dentro do ambiente escolar, ambiente este que proporciona a educação do estudante de forma integral, ou seja, considera os aspectos intelectual, social, emocional, físico e cultural, através de observação, questionário e entrevista e, percebe-se, que se faz necessário a preparação e aperfeiçoamento dos nossos professores para trabalhar a educação anti-racista, bem como o respeito às diferenças e diversidade, pois a construção da identidade de nossos estudantes está comprometida, neste ambiente com questões de discriminação, preconceito e racismo.

O Serviço de Orientação Educacional na escuta de seu público atendido depara com depoimentos que mostram claramente situações de discriminação, preconceito e racismo no ambiente escolar, que precisam ser desconstituídos.

Conforme a tabulação dos dados de pesquisa, esta comprova a existência de discriminação e preconceito no ambiente escolar que corrobora com questões de sentimentos, pessoais, profissionais e atinge a autoestima dos segmentos envolvidos, a ponto de causar danos pessoais e pedagógicos.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de se repensar a prática pedagógica com cursos voltados à temática e fazer pedagógico efetivo para transformar essa realidade, estando consciente que é papel do professor, enquanto educador, se aperfeiçoar, independente de seus valores, crenças e religião, pautando pela isenção no trabalho com temática.

É ainda, estar em busca de aperfeiçoamento e atualização em relação às novas descobertas da ciência, das novas tecnologias e dos avanços da humanidade para garantir que a escola seja propositiva diante dos novos desafios que a sociedade enfrenta.

Finalmente, faz-se necessário compreender que as relações nos diversos ambientes promovem histórica e culturalmente, a discriminação, o preconceito e o racismo entre os sujeitos, e que se faz necessário efetivar a política federal que

defende um trabalho pedagógico efetivo para minimizar e erradicar esses sentimentos presentes no sujeito, de não conceber nas suas diferenças, que são iguais perante a lei.

Quanto ao fazer pedagógico, a escola caminha de forma vagarosa para efetivar a política para uma educação étnico-racial, porém existem os profissionais que iniciaram essa caminhada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Míriam (Org) e CASTRO, Mary Garcia (Org). **Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em nome da Igualdade**. Brasília: INEP. 2006.
- ABRAMOVAY, Míriam. Escola e Violências. Artigo publicado no livro: Gomes, Carlos. **Segurança e Educação: uma abordagem para construção de um sistema de medidas pró-ativas: preventivas e repressivas coerentes com a realidade da Juventude**. Salvador: UNIFACS, 2008.
- AMPARO, Deise Matos. **Adolescência e violência: intervenções e estudos clínicos, psicossociais e educacionais**. Brasília, LiberLivro, UnB, 2012. 394 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006. 261 p.
- CIZZOTTI, Antonio. **A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evoluções e desafios**. Revista Portuguesa de Educação. Volume 16, número 2. Universidade do Minho Braga. Portugal. 221/236.
- COHEN, Ernesto. **Avaliação de Projetos Sociais/Ernesto Cohen, Rolando Franco**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2013.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 6ª. Ed. São Paulo: Cortez: Brasília: MEC, UNESCO, 2001.
- **Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: junho/2005.
- ECO, Humberto. **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. Prefácio de Hamilton Costa. Editora Presença. 13ª. Edição.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Paz e Terra, 1993.
- FREUD, S. **Resumo das Obras Completas**. Rio de Janeiro. São Paulo: Livraria Atheneu, 1984.
- GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a**

- história do negro na educação brasileira: 1993-2005.** Brasília: INEP, 2007.
- **Gênero e diversidade na escola. Formação de professores em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais.** Livro Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
 - **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR) módulos 1-7.** Organizadoras: Maria Luíza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2010.
 - GOMES, Nilma Lino. “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”. In: CAVALHEIRO, Eliane (Org), **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/2003.** Coleção Educação para Todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
 - GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte (tese: doutorado).** São Paulo: USP, 2002.
 - GOMES, Nilma Lino. **Cultura Negra e Educação.** Revista Brasileira de Educação. UFMG. Maio/Jun/Jul/Ago 2003 Nº 23.
 - GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e Pesquisa, vol. 29, número 1, ene-jun, 2003. pp 167-182, Universidade de São Paulo.
 - HALL, Stuart. **A Centralidade da Cultura: nota sobre as revoluções do nosso tempo.** Educação e realidade, jul./dez. 1997, v.22, n.72, p.15-46.
 - HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, 1996, 68 p.
 - HARRY, Daniels. **Vygotsky e a pedagogia.** Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 2003.
 - HEIBORN, Maria Luiza (Org); ARAÚJO, Leila(Org); BARRETO e Andréia (Org). **Gestão De Políticas Públicas Em Gênero E Raça (GPP-GeR) módulo VI.** Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Política para as

Mulheres, 2011.

- **LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em 22/06/2014.
- LIMA, Maria Batista. **Identidade Étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico- Metodológica.** Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1742>>. Acesso em 15/02/2014.
- MACEDO, Rosa Maria. **A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer?.** Caderno de pesquisa 91. Nov 1993. 63 p.
- MEDEIROS, Cléia ; EGHRARI, Iradj Roberto . **História e Cultura afro-brasileira e africana na escola.** Brasília: Ágere Cooperação em Advocacy, 2008, 232 p.
- MICHELLE, Derna. **Aprenda a confiar em si mesmo.** São Paulo. Editora Planeta do Brasil. 2006.
- MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- PAPIRUS. **Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico.** Ano 2007.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: recurso eletrônico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico /** Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale. 2013.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil.** Companhia das Letras. 1995. São Paulo.
- SALES, Lea Rocchi. **Aprendendo a ser negro: reinterpretações acerca da identidade étnica em São Cristóvão - MA.** 2007. 111 f. Tese (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia Social, 2007.
- SANSONE, Lívio (Org.). **Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades.** Salvador: EDUFBA, 2012. 264 p.
- SANTOS, Augusto dos. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas**

- Américas.** Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.
- SANTOS, Claudovone Ferreira e NUNES, Marinildes Figueiredo. **A indisciplina no contexto escolar.** Disponível em: <<http://revistas.unijorge.edu.br/candomba/2006-v2n1/pdfs/MarinildesNunes2006v2n1.pdf>>. Acesso em 09/03/2014.
 - SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil.1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
 - Secretaria de Estado de Saúde e Divisão de Apoio Escolar da Fundação Educacional do Distrito Federal. Reedição autorizada pela Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional. **O que você deve saber sobre o Amor Próprio.** Cartilha.
 - SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes.** – 4. ed. rev. atual.– Florianópolis: UFSC, 2005.138 p.
 - SILVA, Lucilene Costa e. **Meninas negras na literatura infantojuvenil: escritoras negras contam outra historia.** 2012. 196 f.: Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2012.
 - SILVA, Nelson Fernando Inocencio da. **Consciência negra em cartaz.** Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.
 - SILVÉRIO, Valter. **Avaliação do Programa “A Cor da Cultura”.** Disponível em <www.acordacultura.org.br>. Acesso em 06/03/2014.
 - SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 272 p.
 - SOUZA, Cássia Fabiane dos Santos. **A construção da identidade racial.** Disponível em: <<http://www.nead.ufmt.br/publicacao/download/Artigo+A+construcao+da+IDENTIDADE+RACIAL.pdf>>. Acesso em 06/03/2014.
 - SOUZA, Octavio. **Fantasia de Brasil: as identificações na busca da identidade nacional.** São Paulo: Escuta, 1994.
 - VADE MECUM. **Obras Coletivas de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos**

Santos Windt e Livia Céspedes. – 6ª. Ed. Atual e amp. – São Paulo. Saraiva. 2010.

- **WALLON, H. Objetivos e Métodos da Psicologia.** Lisboa: Editora estampa. 1973.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário Aplicado para Docentes

QUESTIONÁRIO

Visando elaboração do TCC do Curso de Especialização em GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E RAÇA – GPP-GER – da Universidade de Brasília que tem por objetivo o estudo e análise dos fatores que interferem no processo de construção de identidade étnico-racial no ambiente escolar, com vistas a descobrir se a construção da identidade contribui para que haja discriminação ou não neste ambiente e quais as suas consequências no âmbito pessoal (autoestima) e no acadêmico (aprendizagem), para posteriormente repensar práticas pedagógicas que possam valorizar a cultura étnico-racial e minimizar as questões de preconceito e discriminação, neste espaço, solicito a gentileza de responder este questionário.

1) QUAL A SUA RAÇA/ETNIA?

() branco () negro () miscigenado

2) VOCÊ JÁ SOFREU/SOFRE DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL?

() sim () não

3) EXISTE DISCRIMINAÇÃO EM RELAÇÃO À RAÇA, NO SEU AMBIENTE DE TRABALHO ENTRE:

() estudante/estudante () estudante/professor
 () professor/estudante () responsáveis/professor
 () servidor/servidor

4) QUE BARREIRAS VOCÊ ACREDITA QUE INTERFEREM NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS NOSSOS ESTUDANTES?

() raça () aparência física () financeira () gênero

5) VOCÊ ACHA QUE A DISCRIMINAÇÃO EM RELAÇÃO À RAÇA É REFORÇADA:

no ambiente familiar no ambiente escolar pelo meio social todos

6) A DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO RACIAL ESTÃO INTERFERINDO NA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM DO SEU ESTUDANTE?

sim não às vezes

7) QUE ESTRATÉGIAS VOCÊ UTILIZA PARA SANAR A DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO RACIAL EXISTENTE NA SUA SALA DE AULA?

não percebo a discriminação e preconceito em minha sala.

não utilizo nenhuma estratégia ou planejamento.

faço as intervenções necessárias quando ocorrem.

planejo atividades diversificadas para trabalhar o tema.

quando surgem situações discriminadoras, encaminho a situação para os serviços de apoio da escola (Direção, Supervisão, Orientação, coordenação e outros).

O que você tem feito em relação a sua prática pedagógica para atender a política de construção e valorização da cultura étnico-racial, prevista na lei 10.639/2003 (que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas nos currículos da educação básica)?

Apêndice B – Questionário Aplicado para a Família

QUESTIONÁRIO

A escola hoje tem a obrigatoriedade de trabalhar a temática voltada para atender a política de construção e valorização da cultura étnico-racial, prevista na lei 10.639/2003 (que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas nos Currículos da Educação Básica). Para tanto, solicitamos o preenchimento deste questionário, que subsidiará o trabalho pedagógico na escola.

1) QUAL A SUA RAÇA/ETNIA?

- branco
- negro
- miscigenado

2) VOCÊ JÁ SOFREU/SOFRE DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL?

- sim
- não

3) VOCÊ ACHA QUE EXISTE DISCRIMINAÇÃO EM RELAÇÃO À RAÇA, NO SEU AMBIENTE FAMILIAR, ENTRE:

- pais/filhos
- filhos/pais
- irmãos/irmãos
- entre outros membros da família

4) QUE TIPO DE DISCRIMINAÇÃO EXISTE NO SEU AMBIENTE FAMILIAR?

- raça
- aparência física
- financeira
- gênero/sexo
- não existe

5) VOCÊ ACHA QUE A DISCRIMINAÇÃO EM RELAÇÃO À RAÇA É REFORÇADA:

- no ambiente familiar
- no ambiente escolar
- pelo meio social
- todos

6) A DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO RACIAL ESTÃO INTERFERINDO NA EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS?

- sim
- não

7) QUE ESTRATÉGIAS VOCÊ UTILIZA PARA SANAR A DISCRIMINAÇÃO E O PRECONCEITO RACIAL, EXISTENTE NA FAMÍLIA?

- não percebo a discriminação e preconceito na minha família.
- não utilizo nenhuma estratégia.
- Converso sobre o assunto, quando ocorre.
- a responsabilidade para trabalhar o tema é da escola.

Apêndice C – Questionário aplicado para demais segmentos

QUESTIONÁRIO**1) QUAL A SUA RAÇA/ETNIA?**

- branco negro miscigenado

2) VOCÊ JÁ SOFREU/SOFRE DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL?

- sim não

3) QUE TIPO DE DISCRIMINAÇÃO VOCÊ JÁ SOFREU?

- raça aparência física financeira gênero

4) VOCÊ ACHA QUE EXISTE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR?

sim não

5) EXISTE DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE FAMILIAR?

Sim não

6) COMO VOCÊ SE SENTE QUANDO É DISCRIMINADO(A)?

fica triste não se importa apenas fica chateado.

Apêndice D – Roteiro da Entrevista

ENTREVISTA**ROTEIRO:**

- ↳ Qual a sua raça/etnia?
- ↳ Você já sofreu/sofre discriminação étnico-racial no ambiente de trabalho?
- ↳ Como você se sente quando é discriminado(a)?
- ↳ O que você tem feito em relação a sua prática pedagógica para atender a política de construção e valorização da cultura étnico-racial, prevista na lei 10.639/2003 (que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas nos currículos da educação básica)?